

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**NATÁLIA MARIA POOCK DELAVEQUIA**

**“MÃES, ESPOSAS, NOIVAS, IRMÃS E FILHAS DE MINEIROS DO BUTIÁ” E/OU  
TRABALHADORAS? RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO NA SOCIEDADE  
MINEIRA DO RS NA DÉCADA DE 1940**

Porto Alegre

2023

NATÁLIA MARIA POOCK DELAVEQUIA

**“MÃES, ESPOSAS, NOIVAS, IRMÃS E FILHAS DE MINEIROS DO BUTIÁ” E/OU  
TRABALHADORAS? RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO NA SOCIEDADE  
MINEIRA DO RS NA DÉCADA DE 1940**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção do título de  
licenciada em História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Melina Kleinert Perussatto

Porto Alegre

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Delavequia, Natália Maria Poock  
"MÃES, ESPOSAS, NOIVAS, IRMÃS E FILHAS DE MINEIROSDO  
BUTIÁ" E/OU TRABALHADORAS? RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO NA  
SOCIEDADE MINEIRA DO RS NA DÉCADA DE 1940 /  
Natália Maria Poock Delavequia. -- 2023.  
35 f.  
Orientadora: Melina Kleinert Perussatto.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Trabalho reprodutivo. 2. Relações de gênero. 3. Ensino  
de história. I. Perussatto, Melina Kleinert, orient. II.  
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATÁLIA MARIA POOCK DELAVEQUIA

**“MÃES, ESPOSAS, NOIVAS, IRMÃS E FILHAS DE MINEIROS DO BUTIÁ” E/OU  
TRABALHADORAS? RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO NA SOCIEDADE  
MINEIRA DO RS NA DÉCADA DE 1940**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Melina Kleinert Perussatto

**Aprovado em:**Porto Alegre, 11 de setembro de 2023.

BANCA AVALIADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Melina Kleinert Perussatto (FACED/UFRGS) - orientadora

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Clarice Gontarski Speranza (IFCH/UFRGS)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sarah Calvi Amaral Silva (FACED/UFRGS)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço as políticas públicas de ações afirmativas e aos governos petistas de Lula e Dilma que possibilitaram meu ingresso e permanência na universidade. Agradeço também aos meus pais, Gislaine e Alex, por darem todo apoio necessário para minha formação, e à minha irmã, Isa, por sempre ser minha companhia. Agradeço ao meu cunhado, Wesley, pela amizade. Aos meus dindos, Ieda e Alexandre, pelo incentivo e suporte de sempre.

Agradeço a professora Clarice por ter ministrado a disciplina de História do Trabalho e dos Trabalhadores que, mesmo em ERE, foi o início do meu interesse no tema. As professoras Sarah e Melina, e ao professor Fernando, por terem orientado as práticas de estágio e mostrar uma docência libertadora. A professora Paula Azevedo por ter disponibilizado suas turmas para que eu desse aula e por ser referência de ensino. Novamente agradeço a professora Melina por ter orientado este trabalho e pelo exemplo de historiadora. Agradeço à Liane Ribeiro e ao Museu Estadual do Carvão pela recepção e ajuda durante a visita.

Agradeço às minhas amigas e amigo Estêfani, Franchescolly, Gabrielle, Julia e Vitória pela amizade e momentos de lazer em meio a correria diária, foi incrível compartilhar esse momento com vocês. Às minhas amigas e ex-colegas de trabalho Roberta e Marília por toda troca diária e apoio sempre que precisava sair mais cedo, vocês foram essenciais durante essa conclusão de curso. Todas vocês tornaram o processo de conclusão mais leve.

Agradecimento especial a minha psicóloga Kellen que durante todo período me incentivou a finalizar o TCC e me auxiliou a lidar com as situações diárias.

*Havia companheiros que achavam que a gente estava chovendo no molhado. Que os fortes são os fortes e os fracos são os fracos. E que a situação não muda nunca. Citavam como exemplo o que tinha acontecido com Titão e que poderia acontecer com a gente também. Tínhamos até medo de ouvir estes colegas. Tínhamos medo de que a fala deles fosse verdade, pois é preciso crer, é preciso desesperadamente crer. Era nisto tudo que eu vinha pensando ao lado dos companheiros.*

Conceição Evaristo, trechos de Becos da Memória

## RESUMO

O mundo do trabalho se estrutura através de explorações e opressões da classe trabalhadora e, principalmente, do trabalho reprodutivo de mulheres. Esse trabalho foi fundamental para a exploração de carvão no RS, uma vez que a mão de obra não remunerada possibilitou à empresa explorar os trabalhadores e trabalhadoras. Haja vista esse tema, o problema de pesquisa é como possibilitar o ensino de história sobre a generificação do trabalho no cotidiano das minas de carvão através da utilização de fontes em sala de aula? A fonte utilizada para a elaboração do material é a Carta das parentes femininas dos mineiros de Butiá ao Presidente da República, maio de 1946. A escolha por esse documento é devido à agência das mulheres que, apesar de ocuparem o ambiente privado, também estavam a par dos acontecimentos da comunidade mineira, tornando a si próprias protagonistas da história. A partir desse documento, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo pensar possibilidades de ensinar história sobre homens e mulheres no cotidiano das minas de carvão através do material didático “Analisando a correspondência: carta das mulheres da região carbonífera de São Jerônimo/RS ao presidente da República na década de 1940”. O resultado é a elaboração do material com intuito de colaborar para a formação social do estudante, através da construção coletiva do conhecimento, debatendo ainda os conceitos de cidadania, de trabalho e de gênero.

**Palavras-chave:** Trabalho reprodutivo; Relações de gênero; Ensino de história.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 MATERIAL DIDÁTICO</b> .....	<b>10</b>
<b>3 ANALISANDO A CORRESPONDÊNCIA: CARTA DAS MULHERES DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SÃO JERÔNIMO/RS NA DÉCADA DE 1940</b> .....	<b>13</b>
3.1 USO DE FONTES HISTÓRICAS EM SALA DE AULA – POR QUE ENVIAR UMA CARTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA? .....	14
3.2 9 DE MAIO DE 1946: QUAIS AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUIR UM CONTEXTO A PARTIR DESTA DATA? .....	17
3.3 “MÃES, ESPOSAS, NOIVAS, IRMÃS E FILHAS DE MINEIROS DO BUTIÁ”: AFINAL, QUEM ERAM ESSAS MULHERES? .....	20
3.4 PARA ALÉM DA LEGISLAÇÃO, POR QUE NÃO TER MULHERES MINEIRAS? ..	21
<b>4 MULHERES MINEIRAS: COMPARANDO EXPERIÊNCIAS EM SC E NO RS</b> ....	<b>23</b>
4.1 MULHERES MINEIRAS: EXPERIÊNCIA FEMININA EM CRICIÚMA (SC). .....	24
4.2 MULHERES MINEIRAS: EXPERIÊNCIA FEMININA EM SÃO JERÔNIMO (RS) ...	26
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>30</b>



## 1 INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul (RS), apenas homens eram contratados pela empresa de extração de carvão no século XX, não havendo menção nas fontes sobre trabalhadoras mineiras, ao contrário de Santa Catarina, por exemplo (Speranza, 2020). Apesar disso, podemos encontrar nas fontes menções sobre mulheres participando de greves, mesmo que estejam se referindo de maneira ampla, sem nomear quem são elas. As mulheres não trabalhavam nas minas e não se identificavam como trabalhadoras, mas agiam e protagonizavam mobilizações por direitos, como a greve. O que isso diz sobre a presença e a atuação das mulheres no mundo do trabalho mineiro? Além da mobilização, em que outros espaços eram possíveis encontrar as mulheres? Por que o trabalho reprodutivo (doméstico e maternidade) não era considerado trabalho, ou seja, não as fazia se autoidentificarem como trabalhadoras? São algumas das perguntas que norteiam o presente trabalho.

A empresa CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração) localizava-se no município São Jerônimo/RS, e abrigava os distritos de Butiá e de Arroio dos Ratos (conseguiram sua independência em 1963 e 1964 respectivamente), e seu dono, o empresário Roberto Cardoso, possuía uma atitude paternalista para com as famílias dos mineiros, através da criação e controle de Vilas Mineiras (Speranza, 2012). Em jantar de homenagens ao diretor Roberto Cardoso em 1944, o representante operário João da Costa Pereira agradece “os majestosos edifícios realizados por V. Ex., que mostram ao visitante as mais necessárias e magníficas instituições de caridade, ensino, diversões, esportes e habitação, para uso dos mineiros e suas famílias” (Jornal Correio da Manhã, RJ, 1944, ed. 15364), uma vez que a empresa visava a manutenção da família para a continuação de mão-de-obra.

Sobre essa manutenção da família, a empresa utilizava do trabalho reprodutivo das mulheres para que fosse possível a exploração máxima do mineiro na extração de carvão. Havia uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres estavam restritas ao ambiente privado, enquanto os homens saíam para trabalhar. Esse papel de dona de casa e de mãe - trabalho reprodutivo - é entendido aqui como trabalho fundamental para a exploração de carvão no período aqui estudado. Apesar dos papéis de gênero estabelecerem o ambiente privado enquanto local das mulheres, elas não se restringem a ele.

Considera-se a relação do trabalhador, da mulher e da família com a empresa, como algo complexo devido aos sentimentos de exploração da mão-de-obra, controle máximo da empresa para com eles, como, por exemplo, o fato de vender os materiais necessários para extração de carvão, fornecer educação e influência no sistema de saúde da vila, envolvido com

a gratidão pela empresa em construir o hospital e maternidade, oferecer moradias e trabalho. A partir dessa complexidade, levanta-se o questionamento: como abordar esse tema que envolve relações de trabalho e relações de gênero na sala de aula de história?

A sala de aula consiste em um local de trocas e de possibilidades de conhecer assuntos novos e discutir temas que auxiliem na construção do ou da estudante. Um dos objetivos em sala de aula é a construção do raciocínio crítico e emancipatório, através de materiais e conteúdos que possibilitem o debate na comunidade escolar. As fontes históricas podem ser utilizadas com vistas a atender esse objetivo, sendo assim, pensou-se em elaborar um material didático acerca dos mineiros, que consiste em uma carta de apresentação, apresentação no Prezzi, recorte de leis citadas, o documento Carta das parentes femininas dos mineiros de Butiá ao Presidente da República, maio de 1946 e mapa do município de São Jerônimo. Nesse sentido, busca-se a construção coletiva do conhecimento, bem como estabelecer relações entre passado e presente que façam sentido aos estudantes. Dessa forma, o problema de pesquisa é: como possibilitar o ensino de história sobre a generificação do trabalho no cotidiano das minas de carvão através da utilização de fontes em sala de aula?

Atualmente as aulas de história têm que lidar com uma série de negacionistas que ao negar algo que ocorreu no passado, seja silenciando, seja diminuindo, corroboram para preconceitos no nosso presente. Esse tipo de análise é perigoso, uma vez que acaba silenciando diversos passados e torna a sala de aula excludente para a realidade dos estudantes. Isso pode se dar de diferentes formas: através da utilização de conceitos totalizantes, de uma história linear e evolucionista, não incluir na narrativa os grupos de minorias como pessoas negras, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e outros recortes.

A escritora Chimamanda Adichie (2019) alerta para o perigo de uma história única: ao colocar apenas uma narrativa para o estudante conhecer, você acaba moldando a opinião dele sobre determinados assuntos para um único ponto de vista, a ponto de resumir todo um povo com essa opinião totalizante. Essa história única está relacionada ao poder que alguns países exercem sobre os outros, em termos econômicos e culturais. A partir dessa utilização do poder eles definem como as narrativas serão contadas, quais serão e quando serão, criando estereótipos e imagens totalizantes que não são necessariamente mentiras, mas são incompletas (Adichie, 2019). Peter Lee (2016) aborda sobre a utilização de conceitos totalizantes, através do argumento de que mesmo nas generalizações precisa-se ater as exceções, e que pode ocorrer análises que funcionam para um determinado acontecimento, mas não para outro.

Como forma de contornar isso, tem-se o pluralismo, que, de acordo com Arthur Avila (2021), busca tornar o mundo habitável, partindo do pressuposto de que não existem histórias

absolutas e o oposto dessa consideração seria um tipo de censura com o passado. Peter Lee (2016) aponta como sugestão o termo história transformativo devido à forma como a história pode transformar o modo das pessoas se relacionarem com o presente e indica a importância porque sem esse conhecimento a interpretação dos estudantes tende a ser limitada. Chimamanda Adichie (2019) aponta para a libertação que é conhecer diferentes histórias sobre um local, buscando sempre por narrativas mais abrangentes das histórias.

Dessa forma, o presente trabalho justifica-se por buscar essa história mais abrangente sobre os homens e mulheres na década de 40 em São Jerônimo através da utilização da análise de fonte histórica na sala de aula. A escolha por trabalhar com essa classe foi devido à importância que o trabalho nas minas teve para os municípios antes mencionados e também pelo destaque na economia rio-grandense, que, segundo Clarice Speranza (2012) formavam um dos maiores contingentes e trabalhadores de todo o país na década de 30 e 40. O período escolhido da década de 40 é devido à alta extração de carvão, tendo seu recorde de toneladas extraído no ano de 1943, e esse fato trouxe altos lucros para a empresa, mudanças nas relações de trabalho e desenvolvimento na infraestrutura local (Freitas, 2019).

O objetivo central desta pesquisa é pensar possibilidades de ensino de história sobre homens e mulheres no cotidiano das minas de carvão através do material didático “Analisando a correspondência: carta das mulheres da região carbonífera de São Jerônimo/RS ao presidente da República na década de 1940”<sup>1</sup>. A escrita da carta mostra uma subversão desses papéis e uma possibilidade de estudarmos elas através de fontes escritas por elas mesmas (sem desconsiderar outras fontes que mencionam elas ou não), possibilitando por um lado a exploração do trabalho reprodutivo por elas realizado, por outro, a sua agência. A partir desse objetivo, os objetivos específicos são: refletir sobre a utilização de fontes no ensino e na aprendizagem histórica; debater sobre a generificação do trabalho e das relações trabalhistas a partir da experiência de homens e mulheres do Rio Grande do Sul, comparando-as com Santa Catarina na década de 40; colaborar para estudos que refletem sobre a agência das mulheres nos mundos de trabalho.

---

<sup>1</sup> Carta das parentes femininas dos mineiros de Butiá ao Presidente da República, maio de 1946; caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.1 – 1; Acervo Museu Estadual do Carvão  
Agradecimento à professora Dra. Clarice Speranza que mencionou e disponibilizou o documento.

## 2 MATERIAL DIDÁTICO<sup>2</sup>

A presente pesquisa utiliza como fonte primária a correspondência enviada ao presidente da República em 1946 após a greve ocorrida nesse mesmo ano. Além da carta, a pesquisa dialoga com os dispositivos legais: Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas), principalmente o artigo 387, seção IV. Esse artigo foi alterado em 1989, pela lei 7.855, na qual revogou a proibição de mulheres trabalharem no subsolo. Outras duas leis utilizadas são a Lei n° 14.611 de 3 de julho de 2023, na qual estabelece a igualdade salarial para homens e mulheres. E a Lei n° 14.4324, de 4 de agosto de 2022, na qual foi estabelecido o piso da enfermagem. A escolha por trabalhar com legislação em sala de aula é devido a dois motivos: a) é uma possibilidade do e da estudante perceber que o Estado utiliza do aparelho estatal para ora realçar as diferenças, ora diminuí-las; b) observar que as leis são feitas através de negociações e embates entre grupos políticos e sociais (Fraccaro, 2016).

Esses documentos foram questionados com intuito de auxiliarem no ensino e aprendizagem dos estudantes. A partir disso, foi elaborado um material que auxiliasse na sala de aula na plataforma Prezi. A escolha de elaboração de material virtual é visando uma inserção de tecnologias na aula de história, a fim de que possa se aproximar dos e das estudantes, que estão inseridos no mundo digital. O material e o presente trabalho são sugestões e possibilidades de abordagem de uma história do trabalho que questiona relações de gênero. Não é o objetivo que a partir de sua utilização em sala de aula todas as questões estejam resolvidas, mas sim, que através do debate histórico auxilie na construção dos e das estudantes enquanto cidadãos que estão sujeitos às hierarquias de gênero e que terão que recorrer ao mercado de trabalho durante suas vidas.

Sugere-se que esse material seja utilizado acessando o site, para guiar a dinâmica de leitura, mas também que os e as estudantes recebam a carta impressa para que possam ser feitas anotações e marcações conforme for solicitado e necessário. Por se tratar de um site, ele pode ser acessado tanto para ser projetado no quadro, quanto através dos chromebooks que estão presentes nas escolas de estaduais. A ideia é que seja uma construção coletiva, sendo assim, priorize a projeção dele no quadro e movimento os e as estudantes para que possam fazer marcações no quadro (além de suas respectivas folhas), anotações das ideias chaves, montando

---

<sup>2</sup> “Analisando a correspondência: carta das mulheres da região carbonífera de São Jerônimo/RS ao presidente da República na década de 1940”. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1ByQIs6C0hC3xkHtzre9gmGYzgBnFZIBT?usp=sharing>. Acesso em: 26 ago 2023.

também esquemas de sistematização do conteúdo e que eles e elas possam anotar no caderno depois.

A carta por si só não traz todas as informações sobre as relações de gênero, trabalho reprodutivo e produtivo e como funcionava a sociedade de São Jerônimo nesse período, por isso foi pensado em um material a base de perguntas. As perguntas foram pensadas para que não seja feita uma leitura acrítica e que seja questionado apenas sobre a opinião dos e das estudantes sobre a carta, mas sim, para que eles e elas construam a sua própria percepção sobre como se deu às relações de trabalho nesse período, quais pessoas foram excluídas e o porquê dessa exclusão. Além disso, através desses questionamentos espera-se uma sistematização a partir de suas realidades, por isso, são perguntas abertas e sugestões de abordagens (como focar na análise do trabalho de enfermeiros e enfermeiras citado no decorrer do trabalho), para que o professor ou professora possa ir adaptando a abordagem conforme o engajamento e escuta da turma.

Outro objetivo da aprendizagem do material é a reflexão acerca do momento presente e a legislação trabalhista. Se na década de 1940 observa-se uma organização dos direitos, entendimento que é possível acessar a justiça do trabalho e reivindicar melhorias através de paralisações, atualmente vê-se uma ação mediante convenções coletivas, alterações na CLT e poucos setores recorrendo à greve. Além disso, os trabalhadores e trabalhadoras, bem como os futuros, lidam/lidarão com a “flexibilização” das funções de trabalho. Essa flexibilização se dá através da troca do nome para “colaboradores/colaboradoras” ao invés de trabalhadores/trabalhadoras, modalidade de trabalho diversificada (híbrido, home office, presencial) e benefícios como “day off” (folga no dia do aniversário), sala de descanso, entre outros, ao invés de propor redução de carga horária e remuneração adequada.

A disponibilização desses benefícios é para tornar atraente o trabalho e gerar o sentimento de pertencimento a empresa, estratégia também utilizada pelo CADEM através das vilas mineiras. Não é o objetivo traçar uma comparação dos períodos da década de 1940 e a atualidade, nem verificar quais benefícios eram melhores, mas sim, possibilitar o debate aos estudantes de como a exploração da mão-de-obra é mascarada por meio de discursos empresariais e benefícios que servem para minimizar as condições precárias do ambiente de trabalho.

Pensar acerca das explorações as quais estão inseridos os trabalhadores e trabalhadoras ou então futuros/futuras, é importante e a sala de aula pode assumir esse papel. A realidade na qual estão inseridos os estudantes e as estudantes é preocupante, tem-se uma quantidade grande de notícias de feminicídio, crimes de racismo, crimes de homofobia, notícias de trabalho

análogo à escravização, desmatamento ambiental e diversas outras manifestações de ódio. Os professores e professoras não conseguirão transformar essa realidade porque depende de diversos outros fatores, contudo, a sala de aula tem a possibilidade de ampliar o mundo do estudante ou da estudante.

Conforme Nilton Pereira (2021) a aula de história auxilia na compreensão do “comportamento humano, afinal de contas, nossas ações do mundo são informadas e formadas com base em ideias sociais que são históricas, isto é, ideias que são construídas ao longo do tempo e que são marcadas por contextos” (p. 1). A aula de história pode ampliar as formas de interpretar o mundo e de se colocar nele através do debate e conflito de ideias. A sala de aula é o espaço no qual as discussões ocorrem com o devido respeito, porque há a mediação de um ou uma profissional, diferente de debates na internet, por exemplo.

Outro autor que reflete sobre o ensino e aprendizagem que façam sentido é Fernando Seffner. Segundo o autor (2018) uma das tarefas da aula de história é possibilitar que o ou a estudante perceba-se enquanto agente histórico, o qual possui relação com os demais seres e o ambiente na qual está inserido, visando o raciocínio crítico e emancipatório. Peter Lee (2016) também parte da perspectiva de que o objetivo do ensino de história é que os estudantes tenham os meios para orientarem-se no tempo historicamente. Com vistas a esse tipo de aprendizagem e a necessidade de superar o modelo de escola com metodologias excludentes e únicas, foi pensado em formas de utilizar as fontes em sala de aula através das relações de gênero.

O material proposto para ser utilizado em sala de aula se relaciona também com questões de gênero. Essa questão talvez seja mais aparente para os e as estudantes do ensino médio do que a questão trabalhista (aqui é apenas uma projeção, haja vista que varia conforme o turno, escola e perfil de cada turma). Michelle Perrot (2005, *apud* Fraccaro, 2016) analisa os silêncios das mulheres na história e observa que a divisão de papéis e funções que esperam delas é dada através do marcador biológico: o fato de engravidar e parir. No mundo do trabalho, ocorre a divisão sexual do trabalho, separando o trabalho em feminino e masculino/reprodutivo e produtivo. Essas diferenciações colaboram para a existência de hierarquias dentro do mundo do trabalho e remuneração diferente para homens e mulheres.

Esses debates colaboram para a formação do e da estudante, uma vez que dialogam com os conceitos de cidadania, agência de trabalhadoras e trabalhadores, gênero e trabalho através do acontecimento histórico. Esses conceitos, trabalhados em conjunto, visam uma formação mais questionadora, que consiga perceber as explorações a que estão submetidas, dando mais possibilidades de mudança.

### **3 ANALISANDO A CORRESPONDÊNCIA: CARTA DAS MULHERES DA REGIÃO CARBONÍFERA DE SÃO JERÔNIMO/RS NA DÉCADA DE 1940**

Em 9 de maio de 1946 as mulheres do distrito de Butiá que se intitulavam “mães, esposas, noivas, irmãs e filhas de mineiros do Butiá” relataram para o presidente da República Eurico Gaspar Dutra os problemas pelos quais passavam na região carbonífera. Esse período no qual a carta foi enviada se insere em uma cronologia própria acerca da exploração de carvão no Rio Grande do Sul, mas também em um contexto nacional de término da ditadura do Estado Novo, mobilização do Brasil na Segunda Guerra Mundial, polarização do mundo e uma classe trabalhadora cada vez mais plural. Em seguida serão apresentadas algumas considerações sobre o histórico da região carbonífera e a atuação das mulheres nesta região.

Clarice Speranza (2014, p. 43) separa a exploração de carvão em 5 etapas no município de São Jerônimo. O período que é abordado no presente trabalho é o terceiro período, denominado por Speranza (2014, p. 46) de “Era CADEM”, inicia em 1936 e finaliza em 1947. Nesse período foi criado o Consórcio Minerador que uniu as empresas Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e a Companhia Carbonífera Rio-Grandense, ocasionando em uma exploração com vistas a aumentar a lucratividade e a produtividade das minas. O diretor nesse período foi Roberto Cardoso e foi o período de maior exploração do carvão na região, no qual 82% da produção brasileira vinha do Rio Grande do Sul (Speranza, 2014, p. 47). O final desse período é caracterizado também com o fim da hegemonia do CADEM na exploração e início da exploração por parte do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Pensando acerca das narrativas, a primeira vista, pouco aparentes, quando se analisa a exploração de carvão, encontram-se questões de gênero que perpassam o trabalho do minerador. Na carta mencionada anteriormente, as mulheres denominavam-se a si mesmas com base em um papel de laço com um homem, seja ele marido, pai, filho ou irmão pode ser relacionada como uma forma de pertencimento à comunidade mineira através desses laços. Apesar de não serem contratadas da empresa, seu trabalho era fundamental para a manutenção das vilas operárias e elas estavam imersas nesse ambiente de exploração de mão de obra por parte da empresa mineradora.

Segundo Glaucia Fraccaro (2016), os direitos das mulheres após a Proclamação da República não estavam bem definidos e havia a simultaneidade de discursos que perpassam tanto questões de ordem moral, da defesa da virgindade e da família, quanto regulamentações das relações de trabalho, direito ao voto e lazer. No início da República, as mulheres buscavam a autonomia de decidir sobre sua própria vida independente do estado civil: se queriam procurar

a justiça do trabalho, trabalhar à noite independente da função e votar (Fraccaro, 2016). Essa autonomia em decidir sobre sua própria vida está inserida em uma sociedade que as coloca no ambiente privado e estranha quando elas passam a ocupar o espaço público e seus direitos estão ligados ao papel que ela desempenha na família. Conforme Glaucia Fraccaro (2016) o estranhamento pode ser observado através do debate que se tem se estado civil importa a partir do momento que as mulheres estão ingressando no mercado de trabalho, antes disso não era avaliado.

Outro ponto que pode ser observado através da maior participação das mulheres enquanto cidadãs, é que a manutenção da família e da moral social recai sobre elas independentemente de estarem ou não restritas ao lar (Fraccaro, 2016). Nesse aspecto podemos citar que era permitido às trabalhadoras mulheres em algumas tarefas e não em outras. Por exemplo, no artigo 387, seção IV, da CLT, estava estabelecido que as mulheres não seriam permitidas de trabalharem no subsolo. Esse artigo foi alterado em 1989, pela lei 7.855, na qual ficou estabelecida a obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual, não tendo justificativa para essa diferenciação. As mulheres foram excluídas do trabalho no subsolo, pois sua presença iria tensionar as relações sociais existentes, uma vez que estariam fora do ambiente privado e realizando um trabalho que não condiz com os ideais que se estabelecem enquanto femininos (nesse caso, o de correr o risco em um trabalho insalubre).

Apesar da exclusão legal, elas estavam presentes no cotidiano mineiro enquanto trabalhadoras reprodutivas. No documento mencionado, elas relatam as condições insalubres de trabalho, dificuldade no acesso à água potável, dificuldade em manter as crianças na escola por falta de alimentação, roupas e materiais escolares, dificuldade na compra de carne para alimentação e demissão da enfermeira Maria Festa. Os apontamentos delas também faziam referência ao privilégio de alguns devido à aproximação e proximidade com os empregadores e detentores dos meios de produção. Visando trabalhar esse documento em sala de aula, a seguir, serão apresentados tópicos que podem auxiliar na construção coletiva do conhecimento. Essa construção se dará através de perguntas e sugestões de assuntos que auxiliem a estudar relações de gênero e trabalho.

### 3.1 USO DE FONTES HISTÓRICAS EM SALA DE AULA – POR QUE ENVIAR UMA CARTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA?



Atualmente, as cartas fazem parte de um imaginário social que não é tão distante por aparecer em alguns filmes e muitos familiares próximos dos estudantes já terem enviado ou recebido alguma correspondência via carta. Contudo, sua utilização é simbólica, uma vez que utilizamos as redes sociais como forma de comunicação e de manifestação nos dias de hoje. Sendo assim, uma das formas de trabalhar com cartas no ensino e aprendizagem é questionar sobre o porquê de enviar uma carta, bem como os motivos pelos quais esse documento foi salvo e suas possibilidades na sala de aula.

A utilização das cartas na historiografia pode ser pensada como uma resposta aos novos questionamentos dos historiadores e historiadoras com vistas a refletir sobre uma história mais plural. Segundo Gustavo Andrade e Maria Padoin (2016), a Nova História Política a partir da década de 1980 tem procurado dar um enfoque diferente daquela História Política tradicional, na qual a análise era voltada aos grandes políticos e políticas estatais. Haja vista a refletir sobre as particularidades dos grupos sociais envolvidos no processo histórico, a carta é uma das fontes nas quais se tem a voz e ação desses grupos.

Partindo do contexto da década de 40 em São Jerônimo, algumas questões podem ser levantadas no contexto de ensino e aprendizagem dos e das estudantes, tais como: Por que enviar uma carta? Por que não publicar no jornal? Por que ao presidente da República e não ao governador do Estado? Quais os objetivos que elas queriam alcançar?

As cartas contêm a subjetividade das pessoas que escreveram, a partir de um contexto específico nas quais foram escritas com as relações de poder perpassadas. Além disso, traz consigo um ritual de “receber, ler, responder e guardar” (Gomes, 2004, p.19 *apud* Andrade e Padoin, 2016). A carta, assim como os demais vestígios deixados pelas sociedades, depende da preservação e armazenamento, aqui ainda se soma ao fato de ter como meio o papel que dependendo das condições em que se encontra é mais difícil preservar para a posterioridade. Essa carta está guardada em cópia porque o administrador das minas de São Jerônimo respondeu ao ministro do trabalho quanto às queixas prestadas.

A utilização de cartas enquanto fontes históricas tanto para pesquisa historiográfica quanto para atuação em sala de aula fazem parte de uma mudança no entendimento do que é uma fonte. Essa mudança ocorreu a partir da Escola dos Annales outras fontes, na qual foram utilizados outros documentos para interpretar o passado. Todos os documentos são produzidos, conservados ou descartáveis conforme ação de um sujeito ou grupo de sujeitos. Sempre haverá alguns sujeitos ou grupos políticos que intervêm para que tal memória seja preservada e nada disso é involuntário, pelo contrário, sempre passa por uma questão ideológica. O fato de todos os documentos terem essas questões já atribuídas, não os torna fontes falsas ou inválidas, pelo

contrário, cabe ao historiador ou historiadora definir os questionamentos para elas, com o intuito de que elas possibilitem o entendimento no presente de determinado fato do passado (Le Goff, 1996).

José d'Assunção Barros (2020) também discute acerca dessa mudança na historiografia da fonte enquanto verdade absoluta, utilizada para provar algo, para a ideia de que, através das fontes, possa-se fazer demonstrações, ou então propor análises e problematizar questões a partir da própria problematização da fonte. Aqui cabe o reforçar à professora ou ao professor em sala de aula que utiliza como recurso didático a fonte: não é o propósito que a atividade seja apenas a leitura e questionamento sobre a opinião dos e das estudantes, mas sim, que através do conhecimento acerca do período e das relações entre os sujeitos envolvidos, o professor ou a professora ajude a propiciar a reflexão dos estudantes sobre o momento presente a partir do entendimento de um fato passado.

A reflexão proposta é pensada para abranger a competência específica 4 da Base Nacional Comum Curricular do Novo Ensino Médio (NEM), na qual o objetivo é: “analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades”. O NEM foi aprovado em 2017 durante o governo golpista de Michel Temer, sem o devido debate entre os profissionais da educação, aprovando medidas que assustam tanto estudantes quanto professores e professoras. O NEM foi estabelecido conforme Lei 13.415, no qual consta a liberação de profissionais como o notório saber para ensinarem, sem a devida formação em licenciatura. Além disso, foi aprovado a diminuição da carga horária das disciplinas antes obrigatórias (como história, por exemplo) e inserido itinerários formativos.

Como mencionado anteriormente, o NEM assusta porque os itinerários formativos são diversos e sua aplicação é conforme a disponibilidade das escolas em ofertá-los. Essa disponibilidade varia conforme a escola e os recursos que elas têm, aumentando a desigualdade social na qual os estudantes estão inseridos porque uma escola tem que ofertar no mínimo dois itinerários (dentro de 26 opções), obrigando os estudantes a escolherem aqueles ofertados ou obrigando a trocar de escola, mas condicionando ainda a escolha porque não se tem um mapeamento ainda de quais são as ofertas conforme bairros. Espera-se que o NEM seja revogado porque não foi feito um planejamento para sua implementação de maneira que seja possível diminuir as desigualdades sociais e não aumentá-las. Apesar de mencionar a BNCC referente ao NEM, o presente trabalho aborda questões que vão além dele, relacionadas ao protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras, Era Vargas e educação para as relações de gênero.

Dessa forma, trazer fontes históricas que possibilitem a análise e discussão torna-se importante, uma vez que o momento atual das relações trabalhistas se conecta com experiências anteriores. Partindo desse pressuposto, o que interessa para a presente pesquisa é a construção coletiva do conhecimento, a partir de questões que façam sentido ao estudante e que se estabeleça uma conexão do presente com o que aquelas mulheres estavam passando, não apenas a exposição do que trata o documento.

### 3.2 9 DE MAIO DE 1946: QUAIS AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUIR UM CONTEXTO A PARTIR DESTA DATA?

Apenas a presença da fonte histórica não é suficiente para que se estabeleça relações entre passado e presente, é preciso que ocorram questionamentos que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. Um aspecto importante na aula de história, é uma sistematização do tempo cronológico: em que momento estamos atualmente, qual é contexto do período que estamos estudando, quais outros acontecimentos estão ligados a nível mundial e/ou regional ao fato estudado. Visando construir um contexto a partir da data 9 de maio de 1946, bem como situar o envio de carta enquanto algo relacionado a um período cronológico, serão apresentadas propostas de abordagem.

Algumas perguntas podem ser propostas para que os estudantes e as estudantes percebam que o envio da carta está ligado a outros fatores: Vocês têm algum familiar com mais de 77 anos? Sabiam que essa pessoa nasceu antes dessa carta enviada? Quais acontecimentos será que ela viu? Vocês se recordam em qual data ocorreu a Segunda Guerra Mundial? Achar que esse conflito ocorrido na Europa teve reflexos aqui no Brasil em quais instâncias (se para todas as pessoas ou apenas em organizações militares)? Como uma guerra pode afetar um trabalhador/trabalhadora da indústria do carvão? Com essas perguntas buscar-se-á iniciar o debate sobre os acontecimentos da década de 1940, tais como Segunda Guerra Mundial, Consolidação das Leis Trabalhistas e a atuação em greves.

A partir dos questionamentos é importante que se estabeleça uma exposição-dialogada relacionando as respostas dos e das estudantes, com os conhecimentos acerca do período. A carta enviada ao presidente Dutra está inserida em alguns acontecimentos importantes a nível mundial, nacional e regional. Aqui entendem-se os acontecimentos interligados e não presos a suas cronologias oficiais adotadas, como, por exemplo, a permanência do ministro do Trabalho do governo Vargas, Negrão de Lima, durante o governo de Dutra (Speranza, 2012). Dessa

forma, os acontecimentos citados são para localizar o contexto no qual as mulheres de Butiá reclamaram acerca das condições de vida. A nível mundial, pode-se citar a Segunda Guerra Mundial finalizada em 1945 e a polarização do mundo em capitalismo versus socialismo. A nível nacional, destaca-se o término da ditadura do Estado Novo e eleições para presidente e, a nível regional, no Rio Grande do Sul, as greves de 1945 e a de 1946 dos mineiros de São Jerônimo.

As Consolidações das Leis Trabalhistas fizeram parte de um projeto de governo que considerava o trabalho como um direito e um dever do homem brasileiro (Gomes, 1999). O Estado Novo buscou abarcar as demandas da classe trabalhadora e transformou-as em temas e ações de seu governo. Fez isso através da criação de leis e utilização de meios de comunicação em massa para ser ouvido e compreendido pela população e, assim, construir um tipo ideal de brasileiro que iria perpassar pela honra de ser trabalhador (Gomes, 1999). A honra de ser trabalhador era mobilizada também através do discurso patriótico, atrelada ao orgulho de ser brasileiro e de valorizar os símbolos nacionais que fossem do interesse do governo. Segundo Tassiane Freitas (2019), o CADEM se apropriou do discurso patriótico na Segunda Guerra Mundial para mobilizar os trabalhadores. A estratégia utilizada foi a de colocar o mineiro como um herói em defesa da pátria, uma vez que estava auxiliando na exportação de carvão para a Europa em guerra, justificando, assim, a superexploração deles e punições mais graves para aqueles que faltavam ao trabalho.

Pode-se observar que as empresas utilizavam os argumentos do Estado para incentivar os trabalhadores a continuarem gerando lucros a eles, indo ao encontro ao projeto de Brasil que o Estado Novo estava propondo. Retornando a características desse projeto, de acordo com Ângela de Castro Gomes (1999), foram criados aparatos legais de direitos sociais para garantir que o trabalhador tivesse condição de trabalhar, oferecendo moradia, acesso à saúde e ao aprimoramento através de incentivos ao ensino e a profissionalização.

Essas questões podem ser observadas nas minas administradas pelo CADEM de acordo com Clarice Speranza (2012), uma vez que a empresa dava moradia a seus trabalhadores e construiu o Hospital Sarmiento Leite, em Arroio dos Ratos, expandindo depois com a construção da maternidade para os recém-nascidos. Clarice Speranza (2012) também destaca a presença da empresa em momentos de lazer, seja realizando e/ou patrocinando festas (com horário pré-estabelecido para acabar), seja disponibilizando filmes no cinema da empresa, seja ainda construindo igrejas católicas e mantendo-as através de doações.

Luana da Silva (2022) pesquisou a respeito do clube Ouro Preto fundado em 1944 no distrito de Butiá para pessoas negras, uma vez que o Clube Butiá era apenas para pessoas

brancas. A partir da pesquisa da autora, pode-se observar que a companhia intervinha também nos espaços de sociabilidades, mesmo que esses não tenham sido fundados por ela, uma vez que a criação da dependência era tanta, que a empresa dava incentivos aos clubes. Silva (2022) aponta duas considerações sobre isso: a) a empresa sabia e apoiava a existências do clube segregacionista, Clube Butiá, uma vez que estava presente em todas as instâncias das vidas dos moradores e moradoras da vila; b) as pessoas negras criaram mecanismos de solidariedade e de resistência, como a criação da sociedade Ouro Preto.

O trabalho de Luana da Silva (2022) nos auxilia a pensar sobre quais os marcadores sociais da diferença estavam presentes na sociedade mineira da década de 1940 e como a empresa, que regularizou e mantinha-se atenta a vida das famílias, permitia e consentia com a segregação de pessoas negras, bem como a exclusão das mulheres nos trabalhos das minas. Nesse aspecto, cabe destacar que, se por um lado, a empresa debateu contra as leis de regulamentação da jornada de trabalho máxima, por outro, não discutiu acerca do artigo 387 da seção IV da CLT no qual estabelecia a proibição do trabalho da mulher “nos subterrâneos, nas minerações em subsolo, nas pedreiras e obras, de construção pública ou particular”. Esse assunto será abordado no próximo item.

Todo aparato montado pela empresa para manutenção da vida das famílias não foi suficiente para barrar manifestações grevistas contra as condições precárias e salários baixos. Faz parte da história do trabalho ter conflitos justamente porque tem um embate entre os detentores dos meios de produção e daqueles que entram com a mão de obra até entrarem em um acordo comum. Os acordos podem ser feitos através de dissídios coletivos, organização de greves, processos trabalhistas, exposição da situação em meios de comunicação, entre outras formas de ação. O estudo dos movimentos grevistas e as fontes geradas a partir deles, possibilita observar aspectos da vida social.

A carta utilizada no presente trabalho foi enviada no pós-greve como uma tentativa a mais de conscientizar o então presidente da situação precária a qual as famílias estavam submetidas. Essa utilização mostra uma agência das mulheres, uma apropriação do ser cidadã brasileira, assim como o movimento dos trabalhadores em procurarem a imprensa. Esse movimento de ir até um jornal (Clarice Speranza escreve acerca da greve de 1946 utilizando como uma das fontes o periódico *Correio do Povo*) pode ser observado pela ótica da agência dos trabalhadores e trabalhadoras, reconhecendo em si mesmos e mesmas enquanto detentores de direitos públicos garantidos por leis.

Em 1946 aconteceu a mais longa greve dos mineiros com duração de 36 dias, ocasionando, inclusive, em racionamento da energia na capital Porto Alegre. Durante a greve

as negociações se deram entre trabalhadores e o Estado, tendo a empresa assumido um papel passivo (Speranza, 2012). Entre as reivindicações estavam aumento de salário e melhores condições de trabalho e pode-se perceber a agência dos trabalhadores e suas famílias na luta por direitos. A passividade da empresa em discutir e firmar acordos com os mineiros era no ambiente público, na sociedade mineira eles agiram demitindo grevistas, mudando funções e fechando os lactários para obrigar os grevistas a pararem a greve ou para que não ocorressem mais greves (Speranza, 2012).

Não é o objetivo avaliar se os grevistas alcançaram os objetivos ou avaliar se houve represália a todos, mas sim, debater com os estudantes posturas de trabalhadores e trabalhadoras nas quais a agência é tomada para si. Em outras palavras, é colaborar para o debate que o trabalhador ou a trabalhadora não é um ser passivo frente a exploração que ocorre, mas sim, que tem diferentes formas de agência, sendo a greve uma delas. Da mesma forma, a trabalhadora reprodutiva também era ativa e em momentos de greve e agitação popular, a atuação se tornava visível devido a escrita de textos jornalísticos, presenças em processo crimes, por exemplo, relatando sua presença.

### 3.3 “MÃES, ESPOSAS, NOIVAS, IRMÃS E FILHAS DE MINEIROS DO BUTIÁ”: AFINAL, QUEM ERAM ESSAS MULHERES?

No item anterior buscou-se abordar alguns marcos temporais da década de 40 para que o ano de 1946 fizesse sentido para os e as estudantes, relacionando a história do trabalho no Rio Grande do Sul com a história nacional brasileira e a Segunda Guerra Mundial. Neste item, o objetivo é contribuir para o debate sobre quem eram essas mulheres através da maneira que elas se relacionam com o trabalho nesse contexto.

Anteriormente fora mencionado acerca da proibição do trabalho feminino nas minas de subsolo prevista em lei, contudo, em outros estados brasileiros havia o trabalho feminino no ciclo de exploração do carvão, e não apenas restrito à manutenção da família mineira. Em Criciúma, cidade de Santa Catarina, as mulheres atuavam como “escolhedeiras”: separando rochas pela sua qualidade após serem trazidas do subsolo. Conforme Clarice Speranza (2020), essa tarefa também era desempenhada por crianças e foi interpretada como uma mera ajuda, minimizando seu trabalho e apagando-o da memória da exploração de carvão catarinense. No RS, como falado anteriormente, não havia a atuação de mulheres na exploração do carvão, sua tarefa era a de manter o lar mineiro enquanto uma estrutura organizada, na qual o homem

pudesse trabalhar enquanto a mulher cuidava dos filhos, alimentação, casa e marido. Haja vista que a mulher não era contratada da empresa, mas sua atuação era indispensável, quais as possibilidades de pensar sobre trabalho reprodutivo?

Aqui cabe o destaque que as mulheres que escreveram a carta fazem parte do movimento comunista que, durante a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945), esteve na ilegalidade, atuando nas células de base através do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). O MUT atuou nas greves de 1945 e 1946 período anterior ao envio da carta analisada nesse trabalho. Outro ponto que diferencia essas mulheres é o fato de utilizarem a escrita para reivindicar seus direitos, uma vez que a educação também era uma forma de transgredir a ordem vigente.

Pode-se iniciar o debate acerca do trabalho feminino (ou sua ausência) através do diálogo com o presente, trazendo, por exemplo, a Lei nº 14.611 de 3 de julho de 2023 na qual estabelece que homens e mulheres devem receber salários iguais se realizam a mesma função. Uma possibilidade é questionar: homens e mulheres têm direitos iguais no ambiente de trabalho? Por que se faz necessário que seja aprovada uma lei de igualdade salarial no ano de 2023? Por quais motivos vocês acham que é mais difícil para a mulher se estabelecer no ambiente de trabalho? Se fosse pedido que indicassem trabalhos femininos, quais vocês acham que são mais propensos a mulheres? E quais os trabalhos que são mais masculinos? Caso não apareçam trabalho doméstico e mineiro, questionar a quais gêneros esses trabalhos estão relacionados. Todo trabalho doméstico é remunerado? Na sua casa, quem realiza o trabalho doméstico? Tem uma divisão igualitária entre gênero?

Através desses questionamentos, espera-se que seja possível estabelecer um diálogo sobre como os estudantes percebem as separações por gênero no mercado de trabalho, bem como as transformações legais acerca da regulamentação do trabalho.

### 3.4 PARA ALÉM DA LEGISLAÇÃO, POR QUE NÃO TER MULHERES MINEIRAS?

Na pergunta que dá início a esse tópico de “para além da legislação”, podemos pensá-la também como “por que para a CLT de 1943 não se tem mulheres mineiras?”. Se for observador de maneira simplificadora, a ausência de mulheres nas minas do CADEM, em São Jerônimo, é uma forma de cumprir a lei. Contudo, esse tipo de análise não aborda as questões de gênero envolvidas. Conforme observado, as empresas mineradoras em Santa Catarina contratavam mulheres e, além disso, a empresa se organizou para discutir e ir contra algumas leis de carga horária máxima de 6h por dia no trabalho nas minas, possibilitando a análise de que ela utilizou

dessa exclusão legal para reforçar os papéis de gênero e utilizar a mão de obra das mulheres enquanto trabalhadoras domésticas a seu favor.

Conforme Oliveira (2012), a empresa incentivou a formação de núcleos familiares, pensando-os como extensões da fábrica, além disso, construiu um serviço de assistência de maternidade, pré-natal e de puericultura no Hospital da cidade. Esse espaço ficou conhecido como Maternidade Henriqueta Cardoso, em homenagem à mãe de Roberto Cardoso. Oliveira (2012) menciona que era comum que esposas de médicos e engenheiros das minas auxiliassem no cuidado de recém-nascidos e nascidas. Havia todo um aparato que mantinha os trabalhadores e suas famílias na vila, por que não utilizar a mão de obra de mulheres?

Aqui cabe destacar e discutir a respeito de qual mão de obra era esperada das mulheres no trabalho reprodutivo. Primeiro, iremos abordar sobre o trabalho feminino nas minas de Criciúma e depois a respeito do trabalho doméstico não remunerado.



#### 4 MULHERES MINEIRAS: COMPARANDO EXPERIÊNCIAS EM SC E NO RS

Para aprofundar a reflexão e a problematização, nessa última parte discutimos a ideia de “mulheres mineiras” ainda a partir da carta. Conforme visto anteriormente, a legislação proibia as mulheres de trabalharem no subsolo foi revogada apenas em 1989. Essa proibição, assim como a aprovação da extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas, a liberação de recursos para pagar o piso salarial de enfermeiros e enfermeiras está inserido em um contexto de trabalho produtivo *versus* trabalho reprodutivo. Nesse aspecto, cabe o destaque de que o trabalho no subsolo era insalubre e os mineradores que lá trabalhavam sofriam as mais diversas consequências. O objetivo é pensar os aspectos pelos quais esse tipo de trabalho era proibido para mulheres, ao invés de ser para todos os gêneros, uma vez que era perigoso e insalubre.

O trabalho para Marx (*apud* Almeida, 2022) produzia algo, seja extraindo da natureza (como minérios) ou transformando a matéria prima em produto. Na produção utiliza-se de mão-de-obra e, conforme ocorreu a introdução de máquinas na produção, foram utilizando o trabalho de mulheres e crianças, uma vez que as tarefas não dependiam de força ou conhecimento especializado. Essa modificação no mercado de trabalho foi vista como outra instância da exploração capitalista, uma vez que desvalorizou os salários antes pagos a homens, conforme Miléia Santos Almeida (2022). Além disso, a presença feminina foi utilizada em trabalhos que não geram um produto palpável, tal como educação e cuidados com crianças, idosos e/ou enfermos e enfermas e trabalho doméstico, remunerado ou não, considerados inferiores, e por isso, mal remunerados.

A ocupação do trabalho reprodutivo por mulheres é algo oriundo do patriarcado presente na sociedade ocidental, o qual o capitalismo se apropriou visando a maior exploração, justificado pela condição biológica, que, tirando a gravidez, não tem um embasamento biológico. A seguir serão abordados dois trabalhos reprodutivos (apesar das trabalhadoras de SC produzirem algo, sua tarefa era considerada como ajuda): o trabalho nas minas de SC e no RS. Esses dois trabalhos foram encarados como auxiliares, justamente por seu caráter de não ser preciso uma especialização para realizá-los e são similares, apesar das trabalhadoras de SC serem contratadas, enquanto as do RS não tinham essa regulamentação, devido seu apagamento das narrativas oficiais.

#### 4.1 MULHERES MINEIRAS: EXPERIÊNCIA FEMININA EM CRICIÚMA (SC).

Na primeira frase do documento aqui abordado, as mulheres autodenominam-se como mães, filhas, esposas, etc. dos mineiros. Uma das possibilidades de pensar esse documento em sala de aula é questionar os e as estudantes da ausência: Vocês perceberam que elas não se intitulam mineiras? Por quais motivos vocês acham que as mulheres eram excluídas desse tipo de trabalho? Vocês sabiam que nas minas em Santa Catarina as mulheres trabalhavam? A extração de carvão tem algumas etapas no subsolo e outras no solo, em qual vocês acham que as mulheres trabalhavam? Por qual motivo escolheram a opção? Por qual motivo as mulheres são predominantes em tarefas que exigem cuidados?

A partir desses questionamentos iniciais, pode-se estabelecer um diálogo com os estudantes e as estudantes acerca do trabalho feminino. Carlos Carola (1997) pesquisou sobre as trabalhadoras mineiras de Santa Catarina, as quais eram contratadas para realizar a separação do carvão na superfície. Através de entrevistas e análise documental, o autor analisa trajetórias de mulheres que precisavam recorrer a esse trabalho para complementar ou até mesmo para ser a única fonte de renda da família. No contexto de SC havia tanto trabalho feminino, quanto de crianças que iam acompanhar suas mães.

Na experiência catarinense, Carlos Carola (1997) destaca que as mães que trabalhavam nas minas levavam seus e suas filhas para o trabalho porque não tinham com quem deixar, ou porque poderiam aumentar os recebimentos conforme a quantidade de carvão separado, sendo assim, eles e elas auxiliam suas mães mesmo sem serem empregados da mina. A necessidade de ajuda para receber um salário maior no final do mês pode ser analisada pelo viés de que o valor o qual elas ganhavam era insuficiente. A pauta de aumento de salários esteve e está presente nos discursos de trabalhadores e trabalhadoras uma vez que estes são insuficientes para a vivência com o mínimo de qualidade.

A partir da popularização de aplicativos de transporte, entrega de comida e popularização de lojas online de diferentes produtos, observou-se que pessoas que já tinham um trabalho, adentraram no mundo do empreendedorismo mascarando através do discurso de ser seu próprio chefe, a necessidade de ter outra fonte de renda. Esse tópico pode ser relacionado com o cotidiano das e dos estudantes por meio de questionamentos como: “Vocês conhecem alguém que tem dois trabalhos? Para vocês, quais os motivos que levam uma pessoa a procurar outro trabalho?”.

Uma vez estabelecida proximidades e diferenças da vivência atual com as das mineiras de Santa Catarina, é interessante pensar sobre quais as implicações que elas sofriam e quais as

formas de resistir, no passado e no presente. O trabalho que essas mulheres realizavam passava por marcadores de gênero e ora os reforçavam, ora os questionavam. O reforço se dava através do entendimento de que a tarefa realizada era leve, uma vez que não desciam ao subsolo. Para Maria Paulilo (*apud* Carola, 1997) o adjetivo “leve” está mais relacionado para aqueles que executam a tarefa do que para a tarefa propriamente em si. Aqui cabe a ressalva de que o trabalho dos minérios era realmente insalubre e, conforme Clarice Speranza (2020), construía-se um ideal de masculinidade que era necessário para sobreviver aos perigos que a mina causava. O intuito não é estabelecer uma hierarquia de qual trabalhador/trabalhadora executava a pior função, e sim entender que todos e todas estavam sujeitos à exploração que perpassava questões de gênero e idade nesse contexto.

A presença de mulheres trabalhando em minas de carvão foi necessária devido a uma série de fatores relacionados à sociedade catarinense e esse trabalho foi marcado por resistências. Carlos Carola (1997) discute os exemplos de resistências nos quais se apropriaram da condição de mulher frágil para “ludibriar os capatazes das minas e os agentes do sistema de seguridade social” (p. 61). O autor analisa fontes e registros nos quais uma trabalhadora (Maria Feliciano), além dos atestados médicos, tem 38 faltas injustificadas. Pode-se pensar quais ou motivos que levaram Maria Feliciano e outras tantas a recorrer a atestados médicos, utilizando a condição social criada de que mulher é frágil, e por mais que o trabalho delas era considerado “mais leve”, a mina não era o ambiente natural delas. Talvez o principal motivo seja a necessidade de manter uma dupla jornada de trabalho: as mulheres além de cumprirem a jornada de trabalho na mina, tinham a preocupação nos afazeres domésticos.

Haja vista que a preocupação de cuidar das tarefas domésticas e dos cuidados dos filhos e filhas era das mulheres, elas precisavam se ausentar do trabalho mais que homens para dar conta da múltipla jornada de trabalho. Sendo assim, pode-se pensar nas faltas injustificadas ou na alta quantidade de atestados médicos uma forma de garantir sua presença no lar, recorrendo ao fator associado a elas de fragilidade como uma tentativa de se apropriar disso enquanto fizesse sentido. Atualmente esse cenário não modificou, uma vez que segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (*apud* Almeida, 2022), em 2020, mulheres que não trabalhavam dedicavam, em média, 23,8 horas a atividades domésticas, enquanto homens na mesma situação, 12,0 horas semanais. A diferença também ocorria em mulheres e homens que trabalhavam, média de 18,5 horas para mulheres e 10,3 horas para homens. Independentemente de trabalhar ou não, as tarefas domésticas recaem para as mulheres, na região carbonífera gaúcha não foi diferente.

#### 4.2 MULHERES MINEIRAS: EXPERIÊNCIA FEMININA EM SÃO JERÔNIMO (RS)

O estabelecimento de família era algo incentivado pelo CADEM, haja vista que a vila prosperou com a extração de carvão. Inicialmente pode-se pensar: “Por que o CADEM não utilizou a mão de obra dessas mulheres nas minas?”, uma vez que elas estavam ali, presentes no dia a dia. O município de São Jerônimo fica a mais ou menos 1 hora de Porto Alegre, então a ida para a capital para trabalho era uma opção inviável, obrigando-as a permanecer ali. Contudo, propõe-se pensar acerca do trabalho doméstico delas enquanto uma forma de utilização da mão de obra de mulheres pelo CADEM, ou seja, um trabalho não remunerado que coloca as mulheres num lugar de superexploração.

O trabalho doméstico é, até hoje, um local de disputas no qual perpassam questões de classe, gênero e raça, além de outros marcadores sociais da diferença e das desigualdades, no qual é visível a opressão de, principalmente, mulheres negras pobres. Existe tanto o trabalho doméstico remunerado, quanto o não remunerado. Considerando os números de trabalhadores e trabalhadoras domésticas remunerados, a grande maioria são mulheres negras. A relação delas com os patrões e patroas se dá através de conflitos e explorações, ocasionando em dificuldades no cumprir com a lei trabalhista. Um reflexo disso é que, apesar da PEC das domésticas ter sido aprovada em 2015 (Lei nº 260 de 1º de junho de 2015), nem todas as trabalhadoras tiveram suas carteiras assinadas e demais direitos garantidos.

Se o trabalho doméstico remunerado perpassa por diversas opressões e disputas ao fazer-se cumprir a lei trabalhista, o que ocorre com o trabalho doméstico não remunerado no ambiente restrito do lar? Segundo Friedan (1971, *apud* Méndez, 2005), após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres de classe média branca sofrem de “o problema sem nome”, que se caracterizava por comportamentos estranhos, sentimento de infelicidade, mesmo elas estando rodeadas de aparelhos eletrodomésticos que auxiliavam suas tarefas e estarem no seu ambiente natural: o lar. Esse sentimento de infelicidade, segundo Natalia Méndez (2005), pode ser relacionado a uma crescente conscientização da situação de opressão. Mesmo aquela que conseguia acessar outros ambientes, carregavam consigo o sentimento de estar deixando de lado sua família e filhos: o sentimento de remorso era constante.

A partir da análise da carta enviada em 1946, pode-se refletir que elas não estavam satisfeitas com o funcionamento da sociedade carbonífera. Nesse aspecto é difícil mensurar o quanto elas se sentiam oprimidas por serem mulheres e estarem reservadas ao ambiente privado e o quanto o sentimento de opressão era percebido apenas referente ao trabalho de seus pais, maridos, filhos, etc. Aqui o silêncio de fontes que trabalham mais as subjetividades e

percepções sociais dificulta explorar o quanto as mulheres sofriam do “problema sem nome” na região carbonífera. Entretanto, as mulheres estavam insatisfeitas com a realidade dessa região, elencando e destacando os problemas da classe trabalhadora, e, através da análise do documento, pode-se perceber também as diferenças de gênero.

Na carta das mulheres de Butiá elas mencionam a preocupação com os filhos e filhas não terem como ir até a escola, por conta da falta de recursos. Apesar delas não mencionarem os salários das professoras, sua preocupação com a educação pode ser pensada como uma preocupação comum de mulheres, uma vez que a manutenção da educação perpassa por elas, tanto por serem as professoras, quanto por serem as responsáveis por monitorar. Além disso, na carta das mulheres de Butiá mencionam a enfermeira Maria Festa, demitida injustamente, a qual, ao contrário do médico, tinha um real cuidado pelos trabalhadores.

Essa preocupação pela enfermeira Maria pode ser explorada em sala de aula por alguns pontos. Um deles é a partir de uma cumplicidade feminina em apoiar umas às outras, uma vez que a enfermeira estava presente no dia a dia das famílias e muitos trabalhadores tinham problemas de saúde devido à insalubridade. O outro é pensar a enfermagem enquanto um local feminino. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem, em 2020 o perfil dos profissionais (auxiliares, técnicos e enfermeiras) era composto por 84,6% de mulheres. Ana Maria Colling (2015) argumenta que durante muito tempo às mulheres brancas foi permitido o trabalho de professoras das séries iniciais (magistério) e a enfermagem, justamente por esses dois trabalhos estarem relacionados aos papéis biológicos a elas atribuídos.

Anteriormente fora mencionado sobre as mulheres sofrendo do “problema sem nome”, bem como a permissão de trabalhar enquanto professoras e enfermeiras. É importante sinalizar que essas são mulheres da classe média, uma vez que mulheres pobres tiveram que recorrer a outras fontes de renda, tendo que vender sua mão de obra para conseguir se manter. Além disso, o Brasil teve quase 400 anos de escravização de pessoas negras e a liberdade não veio com políticas públicas. A falta de políticas públicas, somado ao racismo estrutural e ao patriarcado que compõem a sociedade contribuíram para a exclusão de mulheres negras no mercado de trabalho oficial, obrigando-as a recorrer a trabalhos mal remunerados e/ou sem carteira assinada.

A enfermeira Maria Festa não tem sua cor mencionada na carta, mas pode-se, através de questionamentos, dialogar com os estudantes e as estudantes sobre quem é ela (ou projeções sobre quem ela seja) e quem são as mulheres que hoje atuam nessa profissão (aqui menciona-se mulheres devido à grande maioria desses profissionais serem mulheres). Como sugestão de atividade, caso a turma engaje no tema, pode-se propor um trabalho de pesquisa acerca do perfil

dos profissionais da enfermagem no Brasil através dos recortes de auxiliares de enfermagem, técnicos e técnicas de enfermagem e enfermeiros ou enfermeiras, com vistas a buscar dados sobre raça e gênero em cada um desses perfis. Esses dados podem ser analisados pensando nas relações de raça, gênero e classe enquanto formadores das hierarquias sociais, que colaboraram também para constituir o perfil desses e dessas profissionais, relacionando, inclusive, com a discussão de aprovação do teto da enfermagem.

Ao optar por abordar esse conteúdo em sala de aula, não se espera que esses exemplos de exploração do trabalho feminino sejam utilizados apenas para reforçar os papéis de gêneros a elas atribuídos, ou menosprezar mulheres que exerçam essas profissões por estarem sendo exploradas. Mas sim, que através de experiências concretas e análise histórica, seja possível entender que a história do trabalho e as relações trabalhistas atuais foram construídas em cima da exploração de mão de obra (remunerada ou não) de mulheres. Para colaborar nesse entendimento, o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho de reprodução são entendidos enquanto trabalho, para que não haja o apagamento dessa mão de obra para a construção da sociedade mineira e da sociedade brasileira atual.

## 5 CONCLUSÃO

O capitalismo se apropriou do patriarcado e do racismo para explorar e criar hierarquias de quais trabalhos seriam melhor remunerados que outros, e quais pessoas estariam sujeitas a realizá-los. A sociedade mineira gaúcha apresentava papéis de gênero bem definidos, na qual a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres não era remunerada nem valorizado. Assim, o objetivo do material didático é propor a reflexão de que o trabalho reprodutivo que elas realizavam deve ser visto enquanto trabalho mineiro, mesmo que não acessassem o subsolo para exploração de carvão. O trabalho dessas mulheres que enviaram a carta e se mobilizaram durante a greve de 1946 (Speranza, 2012), bem como no decorrer de toda exploração de carvão na região, foi fundamental para que a indústria se reproduzisse e se desenvolvesse.

Dessa forma, as mulheres podem ser vistas como mineiras, trabalhadoras, porque sua mão de obra era utilizada durante o fortalecimento dessa indústria. Com essa nomeação espera-se ampliar o debate que considera o trabalho reprodutivo válido e lutar para a igualdade de acesso e permanência em qualquer função para os grupos nos quais os marcadores sociais da diferença estejam presentes. Portanto, essas mulheres mineiras são agentes de sua própria história, mobilizando-se através da escrita da carta ao presidente Dutra com vistas a melhorar a condição de vida da sociedade mineira.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (BN)  
Correio da Manhã (Cod. TRB 00015. 0171 – Edição 15364, data 1/12/1944)

#### Fonte

Carta das parentes femininas dos mineiros de Butiá ao Presidente da República, maio de 1946; caixa 3, série cartas do Sindicato, 08.01.1 – 1; Acervo Museu Estadual do Carvão

### Legislação

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Brasília, 1989.

BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.4324, de 4 de agosto de 2022. Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Brasília, 2022.

BRASIL, Lei complementar nº 150 de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, 2015

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino Médio. Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. p. 547-565, 2023

### Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.61

ALMEIDA, Miléia Santos. As mulheres e o capital: notas sobre a exploração do trabalho feminino na produção e reprodução do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 228-244, 13 set. 2022. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v14i2.48093>.



ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da nova história cultural e o estudo de cartas. **História em Revista**, Pelotas, v. 21, n. 22, p. 11-26, dez. 2016. Semestral.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 42, n. 87, p. 161-184, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>.

BARROS, José D'assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 11, n. 2, p. 03-26, dez. 2020.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da História**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revistas Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jun. 2015.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os Direitos das Mulheres** - Organização Social e Legislação Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917 - 1937). 198 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

FREITAS, Tassiane Mélo de. “Viva a classe operária mineira unida! Contra a guerra imperialista!”: os mineiros de carvão do rio grande do sul e o esforço de guerra (1942-1945). **Revista Mundos do Trabalho**, [S.L.], v. 11, p. 1-24, 17 dez. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e65957>.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999 p. 53-72

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em revista**, Curitiba, n.60, p.107-146, 2016.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 51-63, dez. 2005.

OLIVEIRA, Clarissa Wetzel. “Nós criamos uma raça”: O discurso identitário na narrativa expositiva do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos/RS). Dissertação

(Mestrado em Museologia) - Programa de pós-graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.166. 2018

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **HISTÓRIA UNICAP**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 5–14, 2017. DOI: 10.25247/hu.2017.v4n7.p5-14. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/971>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet. Por que é preciso estudar história? **Café História**, 05 de julho de 2021. Disponível em: <<https://is.gd/MKPK9w>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso. *In*: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p.19-34.

SILVA, Luana de Lima da. **Clubes sociais negros na região carbonífera do Rio Grande do Sul: racismo, resistência e trajetórias de vida a partir da sociedade recreativa ouro preto (1944-1980)**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 54. 2022

SPERANZA, Clarice Gontarski.. Género y clase en una comunidad de minería de carbón en Brasil a mediados del siglo XX. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, [S. l.], n. 1, p. 113–136, 2020. DOI: 10.48038/revlatt.n1.4. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlatt/article/view/4>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do rio grande do sul nos anos 40 e 50. 2012. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.